

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Jorge Enrique de Azevedo Tinoco
Sociologia e Antropologia Geral - Geraldo de Margela
20 de maio de 2017

Resumo da obra “Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi”

Obra de José Murilo de Carvalho

O livro de José Murilo de Carvalho procura expor, logo em sua introdução, o recorte temático abordado na obra. É enfatizado o modo pelo qual a República recém implantada era vista tanto pelos olhos de críticos internos quanto pelos olhos da crítica externa. Enquanto que para Aristides Lobo, a República veio sem enfatizar a participação popular, ao povo mais parecia uma parada militar, não a instauração de um novo regime. Já para o pensador francês Louis Couty, que residia no Rio de Janeiro, mas não viveu para ver a República, o brasileiro não era um povo propriamente dito. Carvalho chega a conjecturar que talvez o francês tenha sido etnocêntrico nesta afirmação ao comparar o brasileiro com o povo francês que tem uma forte tradição de engajamento político. Várias explicações foram dadas quanto ao motivo do difícil relacionamento entre o brasileiro e a República, dentre elas, a visão maniqueísta que vê o Estado como vilão e inimigo da cidadania. Entretanto, Carvalho sugere uma visão mais moderada, enxergando a relação entre Estado e povo como uma via de mão dupla, pois qualquer sistema de dominação precisa de um meio de legitimação - mesmo que apática.

O contexto histórico no qual o Brasil se encontrava era, no mínimo, conturbado. Um intenso aumento populacional marcado, principalmente, pela libertação dos escravos e a imigração de estrangeiros, no geral portugueses. Esse inchaço populacional teve efeitos nas esferas econômica e social do Brasil da época. As cidades cresceram, os empregos eram escassos, a falta de moradia e de saneamento básico contribuíram, também, para outro desastre: diversas epidemias e surtos de doenças. Além destes fatores, a inflação, a alta do custo de vida e a incessante imigração faziam com que a disputa por trabalho se tornasse ainda mais difícil e, graças à baixa no preço do café, os salários ficaram ainda mais baixos. Dada esta situação, fica claro que a maior tarefa da República era assumir as rédeas do setor econômico. Este objetivo foi conseguido no governo de Campos Sales, principalmente após

ter sido aplicada uma política deflacionista e que contava também com uma aproximação com as oligarquias estaduais. Outra característica marcante do governo de Campos Sales foi a política de embelezamento e saneamento da cidade do Rio de Janeiro. Essa política de embelezamento, baseada nos moldes parisienses, implicou, entre outras coisas, na desocupação de diversos cortiços na parte central da cidade. Os moradores destes locais teriam, agora, de se alojar na periferia da cidade.

No que concerne a questão da cidadania em si, os cidadãos dividiam-se em certas “castas” muito bem delimitadas. Existiam duas categorias de cidadãos: cidadãos ativos (aqueles que tinham todos os seus direitos civis e políticos) e cidadãos inativos (aqueles que tinham apenas os seus direitos civis, não eram considerados aptos a opinar nas questões políticas). Era primordial para qualquer cidadão que almejasse os direitos políticos, a alfabetização. Entretanto, não se promovia a alfabetização de grande parcela da população, mantendo assim, o número de eleitores bastante limitado. O movimento republicano trouxe diversas mudanças para a dinâmica social da época. Dentre estas mudanças, uma das maiores conquistas para os trabalhadores da época foi a criação do Partido Operário. Com a criação do partido, os operários brasileiros conseguiram fazer mudanças ao Código Penal da época possibilitando, entre outros feitos, a descriminalização das greves operárias.

A partir do terceiro capítulo do livro, o autor passa a fazer distinção entre os cidadãos inativos e os cidadãos ativos, analisando cada um em seus aspectos para poder chegar à sua conclusão. O terceiro capítulo trata dos chamados “cidadãos inativos”. São estes cidadãos inativos aqueles que não exercem seus direitos políticos, seja por impossibilidade ou por escolha. O estranhamento ao se deparar com estes “cidadãos inativos” é o que fez Louis Couty afirmar que “O Brasil não tem povo”, principalmente ao traçar o paralelo com a terra natal de Couty, a França, onde o espírito de patriotismo e engajamento político é grandioso. Outros pensadores nacionais, como Raul Pompéia chega a afirmar que um observador poderia dizer que o Brasil está morto, pois o espírito público do Rio de Janeiro é ausente. O autor defende, entretanto, que quem via o brasileiro como um povo apático, comete uma generalização indevida. Para Carvalho, o povo brasileiro é tão numeroso que não cabe falar em “um povo brasileiro”, mas sim “os povos brasileiros”. Sendo assim, uma parcela da população era completamente a favor da República e tinha como objetivo o fim da monarquia, enquanto outros povos (principalmente portugueses entusiastas da monarquia) não concordavam com o ideário republicano e mantinham-se fora desta esfera patriota e republicana. Dado este contexto, era perceptível que grande parte da população não iria

exercer o voto, seja por impossibilidade (como era o caso das mulheres e analfabetos), por medo de represálias de alguns candidatos ou por pleno desinteresse, a chamada apatia política.

No quarto capítulo é abordado o outro lado da moeda: os cidadãos ativos, principalmente no que diz respeito ao movimento da Revolta da Vacina. No contexto da Revolta da Vacina é necessário lembrar da saída de Campos Sales do governo para a entrada de Rodrigues Alves. Com essa mudança de gestão, deu-se continuidade ao plano de Campos Sales no que concernia ao “embelezamento” do Rio de Janeiro nos moldes parisienses. No governo de Rodrigues Alves, essa política de embelezamento foi ainda mais enfática no sentido da saúde. Foi apontado o médico Oswaldo Cruz para a diretoria do Serviço de Saúde Pública e este instituiu uma vacina obrigatória contra a varíola. A população ficou revoltada com esta medida, principalmente porque o comprovante da vacina era cobrado para as mais diversas situações, desde a realização de uma matrícula na escola até empregos e hospedagens em hotéis. Além disto, os agentes do Serviço de Saúde Público tinham permissão para entrar no domicílio alheio para fazer desinfecções e vistorias. Esta quebra da liberdade individual da população causou revolta generalizada. O autor chega a defender que por conta do caráter de defesa dos direitos civis que estavam sendo violados, esta revolta se diferencia de todas as outras. Mesmo que os resultados não tenham sido imediatos, a vacinação obrigatória foi interrompida. Entretanto, houve algo a mais que foi conquistado com a Revolta da Vacina: um sentimento de orgulho e união que trouxeram frutos. Um passo importantíssimo na direção da cidadania.

O quinto capítulo tem uma pergunta como título: “Bestializados ou Bilontras?”, essa pergunta tem a ver com a afirmação de Aristides Lobo, que afirmava que o povo assistia o desenrolar da república bestializado, sem participar. O autor defende que não é bem assim que se dá, de fato, a participação popular no Brasil. Segundo o autor, o brasileiro não se enxerga na participação política, o brasileiro não conseguia ver a política como algo de responsabilidade coletiva. Sendo assim, o brasileiro preferia engajar-se na sua comunidade, seja com a religião, com as festas, capoeiragem ou o que quer que seja, pois ao mesmo tempo em que era interessante ao brasileiro participar de sua comunidade, não existia o mesmo sentimento de “comunidade política”. Para responder a pergunta inicial, o texto trata “bestializado” como aquele que se interessa pela política e é, por consequência, manipulado. Já os chamados “apáticos” que eram meros espectadores da política eram os chamados “bilontras”, aqueles que apenas assistiam o desenrolar da política.